



**Santa Casa**  
DE JAHU

**DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS  
DO EXERCÍCIO  
FINDO EM**

**31 DE DEZEMBRO DE 2015**

**Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras**

Moore Stephens Prisma  
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar  
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

[msrp@msbrasil.com.br](mailto:msrp@msbrasil.com.br) | [www.msbrasil.com.br](http://www.msbrasil.com.br)

Aos Administradores da  
**Irmandade de Misericórdia do Jahu**  
Jaú -SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Irmandade de Misericórdia do Jahu (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes

para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras**

#### **Ativo imobilizado**

Os controles físicos e financeiros individuais dos bens do ativo não circulante imobilizado, conforme nota explicativa 8, devem ser objeto de levantamento rigoroso dos registros visando à implantação de um adequado cadastro físico e financeiro dos bens do imobilizado e do custo histórico. Ainda, a Entidade não procedeu à adoção inicial dos procedimentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), do seu ativo imobilizado em operação. Com isso, não procedeu à análise de recuperabilidade, determinação da vida útil, valor residual e valor depreciável. Os ajustes na contabilidade provenientes desse levantamento só serão conhecidos na conclusão dos trabalhos e, seus efeitos, não são possíveis de mensuração no momento. Consequentemente, não pudemos concluir, e não concluimos, sobre os saldos acumulados do imobilizado em 31 de dezembro de 2015 e seus reflexos no resultado do exercício e patrimônio líquido.

**Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Irmandade de Misericórdia do Jahu em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto SP, 19 de fevereiro de 2016.

**Moore Stephens Prisma Auditores Independentes**

CRC 2SP017256/O-3

CVM nº 11-713



**Ricardo Aurélio Rissi**

Contador CRC 1SP137183/O-8




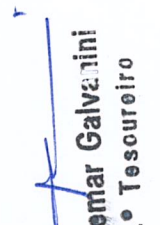
## Irmandade de Misericórdia do Jahu – CNPJ 50.753.631/0001-50

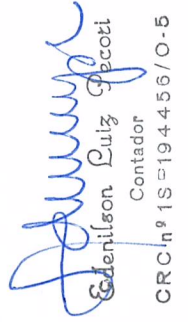
### Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014  
Em reais

	Nota	2015	2014
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	8.363.913	7.422.306
Contas a Receber	5	6.186.992	5.661.904
Estoques	6	1.537.259	1.460.355
Impostos a Recuperar		90.362	96.465
Outros Créditos		554.556	272.747
Subvenções a Receber	7	15.275.993	14.914.416
Despesas Antecipadas		9.531	108.270
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>32.018.606</b>	<b>29.936.463</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Empréstimos e Financiamentos	9	340.762	1.211.542
Fornecedores e Prestadores de Serviços	10	6.567.828	6.469.931
Salários, Encargos Sociais e Contribuições	11	2.697.954	1.970.748
Provisão de Férias e Encargos		2.760.802	2.248.154
Outras Obrigações	12	2.069.037	818.658
Subvenções a Realizar	7	16.171.534	14.384.670
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>30.607.917</b>	<b>27.103.703</b>
<b>Não Circulante</b>			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais	13	148.717	99.803
Imobilizado	8	16.738.046	14.933.977
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>16.886.763</b>	<b>15.033.780</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>48.905.369</b>	<b>44.970.243</b>
<b>Não Circulante</b>			
Exigível a Longo Prazo			
Empréstimos e Financiamentos	9	806.689	-
Salários, Encargos Sociais e Contribuições	11	3.907.449	3.970.449
Outras Obrigações	12	1.099.773	900.618
Provisão para Contingências	13	4.343.232	5.887.603
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>10.157.143</b>	<b>10.758.670</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Patrimônio Social		7.107.870	3.324.831
Déficit Acumulado		1.032.439	3.783.039
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	15	<b>8.140.309</b>	<b>7.107.870</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>48.905.369</b>	<b>44.970.243</b>

  
**Alcides Bernardi Junior**  
Provedor

  
**Adhemar Galvanini**  
1.º Tesoureiro

  
**Ednilson Luiz Spacoti**  
Contador  
CRC nº 1S 19.4456/O-5

## Irmandade de Misericórdia do Jahu – CNPJ 50.753.631/0001-50

### Demonstração do resultado


Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Receita Operacional</b>			
Serviços Hospitalares	<b>16</b>	56.526.157	47.381.523
Doações e Subvenções	<b>17</b>	29.610.874	26.417.605
		<b>86.137.031</b>	<b>73.799.128</b>
<b>Custo dos sServiços Prestados</b>		<b>76.421.179</b>	<b>66.061.906</b>
<b>Superávit bBruto (Despesas) receitas operacionais</b>		<b>9.715.852</b>	<b>7.737.222</b>
Administrativas e gerais	<b>18</b>	22.880.148	17.728.250
Pessoal		1.844.632	1.325.322
Resultado financeiro líquido	<b>19</b>	612.452	208.724
Outras receitas		15.428.915	14.911.369
		<b>8.683.413</b>	<b>3.933.479</b>
<b>Superávit do exercício</b>		<b>1.032.439</b>	<b>3.803.743</b>

  
Alcides Bernardi Junlat  
Provedor

  
Ademar Galvanini  
1.º Tesoureiro

  
Ednilson Luiz Pecoti  
Contador  
CRC n.º 1SP194456/O-5

**Irmandade de Misericórdia do Jahu – CNPJ 50.753.631/0001-50**


**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

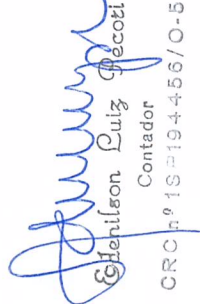
Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em reais

	Patrimônio social	(Déficit) superávit acumulado	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2014</b>	<b>4.552.888</b>	<b>(1.228.057)</b>	<b>3.324.831</b>
Incorporação do déficit acumulado no patrimônio social	(1.228.057)	1.228.057	-
Ajuste de exercício anterior	-	(20.704)	(20.704)
Superávit do exercício	-	3.803.743	3.803.743
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>3.324.831</b>	<b>3.783.039</b>	<b>7.107.870</b>
Incorporação do superávit acumulado no patrimônio social	3.783.039	(3.783.039)	-
Superávit do exercício	-	1.032.439	1.032.439
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>7.107.870</b>	<b>1.032.439</b>	<b>8.140.309</b>

  
**Alceides Benedit Junles**  
Provedor

  
**Adhemar Galvani**  
1.º Tesoureiro

  
**Estenilson Luiz Picoti**  
Contador  
CRC nº 1S-194456/O-5

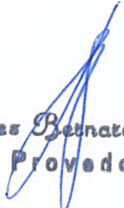
## Irmandade de Misericórdia do Jahu – CNPJ 50.753.631/0001-50


### Demonstração dos fluxos de caixa

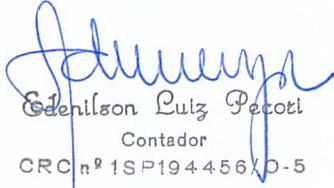
Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em reais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Superávit do exercício	1.032.439	3.803.743
Ajustes:		
Depreciações	1.451.802	1.904.932
Baixas líquidas do imobilizado	3.882.983	-
Provisão para contingências	(1.544.371)	3.046.604
Ajuste de exercício anterior	-	(20.704)
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber	(525.088)	(1.524.909)
Estoques	(76.904)	(301.517)
Impostos a recuperar	6.103	(87.630)
Outros créditos	(281.809)	(196.761)
Subvenções a receber	(361.577)	(5.508.656)
Despesas antecipadas	98.739	(818)
Depósitos judiciais	(48.914)	33.288
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores e prestadores de serviços	97.897	1.154.282
Salários, encargos sociais e contribuições	664.206	215.967
Provisão de férias e encargos	512.648	386.687
Outras obrigações	1.449.534	(2.352.931)
Subvenções a realizar	1.786.864	6.604.919
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b><u>8.144.552</u></b>	<b><u>7.156.496</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições do imobilizado	(7.138.854)	(3.401.479)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b><u>(7.138.854)</u></b>	<b><u>(3.401.479)</u></b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Captações e liquidações líquidas dos empréstimos e financiamentos	(64.091)	(2.391.702)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b><u>(64.091)</u></b>	<b><u>(2.391.702)</u></b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>941.607</u></b>	<b><u>1.363.315</u></b>
<b>Variação do caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	8.363.913	7.422.306
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	7.422.306	6.058.991
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>941.607</u></b>	<b><u>1.363.315</u></b>

  
Alcides Bernardi Junior  
Provedor

  
Adhemar Galvanini  
1.º Tesoureiro

  
Ednilson Luiz Pecoti  
Contador  
CRC n.º 1SP194456/D-5



## **Irmandade de Misericórdia do Jahu**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

#### **1 Contexto operacional**

A Irmandade de Misericórdia do Jahu é uma Entidade civil, filantrópica e beneficente, sem finalidade lucrativa, isenta de tributação, regendo-se pelo Estatuto Social e demais disposições legais. A entidade tem sua sede na cidade de Jahu, estado de São Paulo, localizada na rua Riachuelo nº 1.073 e tem como finalidade prestar assistência médica hospitalar a quem deles necessitar gratuitos ou não, prestar assistência social aos desvalidos, operar com planos privados de assistência à saúde e firmar convênios com entidades para criação e manutenção de unidade com os mesmos fins.

#### **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

##### **a Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Entidade foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial, a Resolução CFC nº 1409/2012, que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem finalidade de lucros. As demonstrações financeiras incluindo as notas explicativas são de responsabilidade da Administração da Entidade, cuja emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 19 de fevereiro de 2016.

##### **b Mensuração de valor**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma na correspondente nota explicativa.

**c Moeda de apresentação e funcional**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais. O Real é a moeda funcional da Entidade.

**d Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### **3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras da Entidade:

**a Instrumentos financeiros**

**a.1 Ativos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

## **f.2 Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

## **f.3 Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

A depreciação é reconhecida no resultado. A depreciação é cessada quando o valor líquido contábil atinge o valor residual final do bem.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

## **g Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Administração da Entidade revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável efetivo. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado.

## **h Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e quando o valor possa ser estimado com suficiente segurança.



A Entidade possui aplicações financeiras (nota 4) e recebíveis como ativos financeiros não derivativos.

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

#### **a.2 Passivos financeiros não derivativos**

A Entidade reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade possui fornecedores e prestadores de serviços e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos.

#### **b Caixa e bancos**

Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de curtíssimo prazo da Entidade.

#### **c Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. Para que um



investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. No caso da Entidade, apesar da disponibilidade dos recursos, os mesmos não serão consumidos de forma significativa no curto prazo.

**d Contas a receber**

As contas a receber, especificamente de convênios médicos e com o SUS, são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. A Administração da Entidade não tem a expectativa de outras perdas significativas.

**e Estoques**

Os estoques são demonstrados pelo custo médio ponderado.

**f Imobilizado**

**f.1 Reconhecimento e mensuração**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor líquido contábil do imobilizado, são reconhecidos em receitas/despesas operacionais no resultado do exercício.

As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

**i Fornecedores e prestadores de serviços**

As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, conforme aplicável.

**j Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma:

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Entidade possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Entidade, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes classificados como perda remota não requerem provisão e nem divulgação nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, quando for o caso, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

**k Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação) e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Entidade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

**l Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro.

Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário (valor justo).

**m Segregação entre circulante e não circulante**

As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a um ano estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante.

**n Receitas e despesas**

O resultado das operações (superávit ou déficit) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, independentemente, portanto, do seu efetivo recebimento ou pagamento.

Todas as receitas são destinadas aos fins institucionais da Entidade e, portanto, são consideradas operacionais.

**o Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.



#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	2.797	8.985
Bancos conta movimento	1.106.995	1.288.970
Aplicações financeiras (i)	7.254.121	6.124.351
	<u><b>8.363.913</b></u>	<u><b>7.422.306</b></u>

(i) Refere-se a fundos de investimento. Referida aplicação pode ser resgatada de acordo com as necessidades de recursos da Entidade e tem liquidez imediata. Esses fundos são remunerados a variação do CDI.

#### 5 Contas a receber

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Convênios	4.094.326	3.074.615
Sistema Único de Saúde – SUS	2.146.660	2.509.998
Outros valores a receber	116.002	118.569
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (i)	<u>(169.996)</u>	<u>(41.278)</u>
	<u><b>6.186.992</b></u>	<u><b>5.661.904</b></u>

(i) Refere-se a estimativa de perda com créditos de liquidação duvidosa, constituída sobre o montante considerado de difícil recebimento. Em 2015, a Administração revisou determinados valores de contas a receber, procedendo a baixa por perda definitiva sobre os créditos, cujas expectativas de recebimento é remota.



## 6 Estoques

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Medicamentos	665.692	517.808
Almoxarifado (i)	618.046	620.506
Manutenção	225.746	152.654
Outros estoques	27.775	169.387
	<u><b>1.537.259</b></u>	<u><b>1.460.355</b></u>

(i) Trata-se de material hospitalar, kits cirúrgicos e gêneros alimentícios.

## 7 Subvenções a receber e a realizar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Subvenções a receber - ativo	15.275.993	14.914.416
Subvenções a realizar - passivo	16.171.533	14.384.670

Em Subvenções a receber são registrados os montantes de valores contratuais a receber em relação aos convênios autorizados, cuja contra partida é o passivo circulante em Subvenções a realizar. A baixa do ativo ocorre sempre a Entidade recebe o recurso financeiro e a baixa do passivo ocorre sempre o recurso financeiro recebido é utilizado para o fim específico.

Os valores de cada convênio estão assim demonstrados:

Convênio	2015			
	Novos convênios	Valores recebidos	Subvenções a receber	Subvenções a realizar
Convênio 800171/2013	-	-	-	100.000
Convênio 1240/2014 - Lucy Montoro	-	-	-	227.989
Convênios Siconv 2013	-	-	-	300.000
Convênios Siconv 2014	-	-	-	964.473
Ministério da Saúde - IAC	-	-	515.844	-
Ministério da Saúde - INTEGRASUS	-	-	52.063	-
Ministério da Saúde - Rede Cegonha	-	-	70.360	-
Ministério da Saúde - Rede Urgência e Emergência	-	-	493.490	-
Convênio 187/2015 - Pró Santa Casa	1.512.000	(630.000)	882.000	1.116.300
Município do Jahu - convênio 9136A/2015	15.000.000	(6.250.000)	8.750.000	8.750.000
Convênio 246/2015 - Santa Casas Sustentáveis	5.221.860	(1.740.624)	3.481.236	3.681.771
Convênio 297/2015 - Secretária do Estado de Saúde	350.000	-	350.000	350.000
Termo Aditivo - 01/2015 - Secretaria do Estado de Saúde	101.000	-	101.000	101.000
Convênio 821386/2015 - Siconv	300.000	-	300.000	300.000
Convênio 821387/2015 - Siconv	130.000	-	130.000	130.000
Convênio 821389/2015 - Siconv	150.000	-	150.000	150.000
	<b>22.764.860</b>	<b>(8.620.624)</b>	<b>15.275.993</b>	<b>16.171.533</b>

## 8 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	2015	2014
				Líquido	Líquido
Terrenos	-	2.307.445	-	2.307.445	2.307.445
Edificações	4,00%	14.096.349	(7.247.855)	6.848.494	6.843.115
Máquinas e equipamentos	10%	4.081.070	(1.258.183)	2.822.887	1.918.116
Móveis e utensílios	10%	2.622.737	(1.876.586)	746.151	515.451
Equipamentos de informática	20%	874.288	(638.308)	235.980	592.325
Equipamentos hospitalares	20%	9.311.634	(6.337.408)	2.974.226	2.649.729
Veículos	20%	104.402	(77.251)	27.151	21.007
Obras em andamento	-	775.712	-	775.712	86.789
		<b>34.173.637</b>	<b>(17.435.591)</b>	<b>16.738.046</b>	<b>14.933.977</b>

a Movimentação do custo histórico e depreciação acumulada

Descrição	2014	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências	2015
Terrenos	2.307.445	-	-	-	-	2.307.445
Edificações	6.843.115	-	-	(541.960)	547.339	6.848.494
Máquinas e equipamentos	1.918.116	1.475.493	223.980	(794.702)	-	2.822.887
Móveis e utensílios	515.451	856.305	(321.582)	(304.023)	-	746.151
Equipamentos de informática	592.325	238.110	(307.297)	(287.158)	-	235.980
Equipamentos hospitalares	2.649.729	3.332.684	(1.059.126)	(1.949.061)	-	2.974.226
Veículos	21.007	-	12.223	(6.079)	-	27.151
Obras em andamento	86.789	1.236.262	-	-	(547.339)	775.712
	<b>14.933.977</b>	<b>7.138.854</b>	<b>(1.451.802)</b>	<b>(3.882.983)</b>	<b>-</b>	<b>16.738.046</b>

A Administração da Entidade revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também, não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (*impairment*).

A Administração da Entidade, por motivos de dificuldades operacionais, não foi possível a apresentação comparativa do ativo imobilizado.

## 9 Empréstimos e financiamentos

Finalidades	Vencimentos finais	Taxas	Garantias	2015		2014	
				Circulante	Não circulante	Total	Circulante
Capital de giro	dez/18	1,70% a.m	Cessão de direitos	179.242	358.483	537.725	-
Investimento	set/18	1,39% a.m	Cessão de direitos	340.739	596.294	937.033	-
Cédula SUS	2015	0,95% a.m	Avais	-	-	-	1.268.009
Capital de giro	2015	1,15% a.m	Cessão de direitos/ penhora + avais	-	-	-	13.455
(-) Juros a incorrer				(179.219)	(148.088)	(327.307)	(69.922)
				<b>340.762</b>	<b>806.689</b>	<b>1.147.451</b>	<b>1.211.542</b>

## 10 Fornecedores e prestadores de serviços

	2015	2014
Fornecedores	3.639.815	3.403.317
Honorários médicos	2.928.013	3.066.614
	<b>6.567.828</b>	<b>6.469.931</b>



a. Composição por idade de vencimentos – em 2015

Modalidade	Honorários	
	Fornecedores	Médicos
A vencer	<u>3.619.696</u>	<u>2.928.013</u>
Vencidos		
Até 30 dias	14.325	-
De 31 a 60 dias	3.518	-
De 61 a 90 dias	693	-
Há mais de 180 dias	<u>1.583</u>	-
	<u>3.639.815</u>	<u>2.928.013</u>

## 11 Salários, encargos sociais e contribuições

	2015			2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Salários a pagar	1.589.359	-	1.589.359	1.272.877	-	1.272.877
Pensão alimentícia a pagar	2.487	-	2.487	3.092	-	3.092
Contribuição sindical	9.979	-	9.979	4.817	-	4.817
INSS empregados (i)	173.612	-	173.612	145.400	-	145.400
PIS	33.157	-	33.157	26.362	-	26.362
FGTS – Empregados (i)	264.608	-	264.608	210.685	-	210.685
FGTS a recolher (ii)	84.033	917.375	1.001.408	83.472	994.704	1.078.176
Parcelamento da procuradoria (iii)	231.490	2.990.074	3.221.564	-	2.975.745	2.975.745
Rescisão a pagar	-	-	-	3.139	-	3.139
INSS sobre nota fiscal	21.444	-	21.444	17.364	-	17.364
IRRF a recolher (i)	204.784	-	204.784	161.900	-	161.900
COFINS/PIS (i)	71.373	-	71.373	32.913	-	32.913
ISS	11.628	-	11.628	8.727	-	8.727
	<u>2.697.954</u>	<u>3.907.449</u>	<u>6.605.403</u>	<u>1.970.748</u>	<u>3.970.449</u>	<u>5.941.197</u>

(i) Os saldos correspondem aos encargos sociais e contribuições e impostos do exercício de 2015.

(ii) Dívida com a Caixa Econômica Federal em 240 parcelas, com vencimento final em 1º/11/2027. O encargo social é relativo ao período de 12/2000 a 7/2007, e estão atualizados até 31 de dezembro de 2015.

(iii) Saldo de parcelamento com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Pis, Pasep, IRRF e Cofins) em até 180 parcelas, com vencimento final em 30/11/2029. O parcelamento é relativo a débitos de dívida ativa, e estão atualizados até 31 de dezembro de 2015.

## 12 Outras obrigações

	2015			2014		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Energia elétrica (i)	147.379	499.838	647.217	114.974	647.218	762.192
Água e esgoto (ii)	80.659	172.743	253.402	80.659	253.400	334.059
Cheques a compensar	576.195	-	576.195	491.498	-	491.498
Acordos a pagar (iii)	1.157.497	427.192	1.584.689	5.882	-	5.882
Empréstimo consignado	96.992	-	96.992	90.073	-	90.073
Outros valores a pagar	10.315	-	10.315	35.572	-	35.572
	<b>2.069.037</b>	<b>1.099.773</b>	<b>3.168.810</b>	<b>818.658</b>	<b>900.618</b>	<b>1.719.276</b>

(i) Trata-se do parcelamento de dívidas do fornecimento de energia elétrica, relativo ao período de 2006 a 2008, em 120 parcelas, com vencimento final em 27/3/2019 e estão atualizados até 31 de dezembro e 2015.

(ii) A Irmandade de Misericórdia do Jahu, formalizou parcelamentos de dívida relativa dos exercícios de 2009 e 2010 em até 120 parcelas, com vencimento final em 16/12/2019. O saldo dos parcelamentos estão atualizados em 31 de dezembro de 2015.

(iii) Referem-se a acordos decorrentes das ações trabalhistas em que a Entidade foi sentenciada ao pagamento.

### 13 Provisão para contingências

A Entidade, assume a responsabilidade como parte envolvida em processos cíveis e trabalhistas e discute judicialmente essas ações. Com base no andamento, na posição atual, no risco envolvido e na opinião dos assessores jurídicos que indica perda provável, a Administração decidiu manter provisão para as contingências cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 4.343.232 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 5.887.603 em 2014), considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

#### a Composição de saldo

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Trabalhistas	342.086	2.243.632
Cíveis	4.001.146	3.643.971
	<u><b>4.343.232</b></u>	<u><b>5.887.603</b></u>

#### b Movimentação das provisões para contingências e depósitos judiciais

	<u>Depósito judicial</u>	<u>Provisão contingência</u>
Saldo em 1º de junho de 2014	<u>33.289</u>	<u>2.741.197</u>
Variação	66.514	3.146.406
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<u><b>99.803</b></u>	<u><b>5.887.603</b></u>
Aumento	93.056	845.947
Diminuição	(44.142)	(2.390.318)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<u><b>148.717</b></u>	<u><b>4.343.232</b></u>



## 14 Passivos contingentes

A Entidade discute ações de natureza cível e trabalhista, classificadas pelos assessores jurídicos como perda possível, no montante de R\$ 3.493.026. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre essas demandas, não foi constituída qualquer provisão para contingências.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações da Entidade estão sujeitas a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação aplicável a cada circunstância (em geral cinco anos).

## 15 Patrimônio líquido

### a Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício. O valor do patrimônio social em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 7.107.870 (R\$ 3.324.831 em 2014).

### b Superávit acumulado

O superávit acumulado em 2015 de R\$ 1.032.439 deve ser destinado ao patrimônio social após a aprovação dessas demonstrações financeiras em Assembleia Geral Ordinária.

## 16 Serviços hospitalares

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Particulares	2.617.898	3.036.737
SUS (i)	27.568.743	19.685.536
Convênios (ii)	26.339.516	24.659.250
	<u><b>56.526.157</b></u>	<u><b>47.381.523</b></u>

(i) Faturamento de procedimentos e incentivos de contratualização.

(ii) Atividade de saúde suplementar realizadas pelo hospital.

## 17 Subvenções e doações

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Subvenção municipal	14.295.911	11.687.018
Subvenção estadual	6.571.993	4.346.587
Subvenção Federal	66.526	2.072.099
Integra SUS	6.814.875	6.814.875
Outras doações de pessoas físicas e jurídicas	1.861.569	1.497.026
	<u><b>29.610.874</b></u>	<u><b>26.417.605</b></u>

## 18 Resultado financeiro líquido

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Descontos obtidos	382.307	293.113
Rendimentos sobre aplicação financeira	736.168	381.075
	<u><b>1.118.475</b></u>	<u><b>674.188</b></u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Descontos concedidos	(331)	(48.291)
Juros passivos	(424.796)	(343.057)
Despesas bancárias	(80.896)	(74.116)
	<u><b>(506.023)</b></u>	<u><b>(465.464)</b></u>
	<u><b>612.452</b></u>	<u><b>208.724</b></u>

## 19 Demonstrativo das contribuições previdenciárias isentas (não auditado)

Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, são demonstrados a seguir os valores relativos à isenção previdenciária como se fossem gozados durante o exercício:

Mês de competência	Remuneração paga	Autônomos		Assalariados		
		2015	2014	2015	2014	2014
		Isenção - 20%	Isenção	Base de cálculo	Isenção	Isenção
Janeiro	557.000	111.400	106.298	1.836.324	517.274	428.945
Fevereiro	764.738	152.948	106.935	1.868.993	526.477	443.461
Março	673.759	134.752	102.767	1.858.037	523.390	461.514
Abril	635.699	127.140	97.621	1.925.500	542.394	446.109
Maiο	627.421	125.484	102.045	1.950.908	549.551	456.136
Junho	624.917	124.983	111.614	1.987.199	559.774	501.034
Julho	657.345	131.469	116.470	2.137.242	602.040	475.301
Agosto	724.600	144.920	130.651	2.153.876	606.725	497.769
Setembro	706.872	141.374	122.114	2.180.254	614.156	485.791
Outubro	705.529	141.106	154.008	2.217.460	624.636	508.585
Novembro	779.301	155.860	144.499	2.293.184	645.967	502.295
Dezembro	697.844	139.569	113.145	2.305.055	649.311	509.553
13º salário	-	-	-	1.876.293	528.533	435.706
	<b>8.155.025</b>	<b>1.631.005</b>	<b>1.408.167</b>	<b>26.590.325</b>	<b>7.490.228</b>	<b>6.152.199</b>

## 20 Aspectos fiscais

Consideram-se imunes as entidades civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, destina-se integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. A Entidade enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos, e possui imunidade subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre a receita e sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades da Entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação



vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da imunidade tributária da qual goza a Entidade.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que pudesse afetar a Entidade, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais.

## **21 Composição dos órgãos de Administração da Entidade**

A Entidade contará com os seguintes órgãos de Administração, conforme determina seu Estatuto Social:

**Mesa Administrativa** – constituído de 9 membros titulares e suplentes, que dirigirá, fiscalizará e controlará a Entidade, com mandato de três anos, prestando contas as Conselho Fiscal e a Assembleia Geral, bem como elaborar o orçamento e programa e o balanço de cada exercício. Membros deste da Mesa Administrativa não poderão ser nomeados para o Conselho Fiscal.

**Conselho Fiscal** – órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Entidade e operações patrimoniais, com mandato de três anos, permitindo recondução dos seus membros por iguais períodos. Constituído de três membros titulares e três suplentes.

## 22 Atendimento ao Sistema Único de Saúde – SUS

Com observância ao disposto pelo Artigo 4º, inciso III, da Lei nº 12.101 de 27/11/2009, o número total de internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados, no exercício de 2015 foi de:

Mês	SUS			Não SUS			Internação		Ambulatório		% SUS Mensal
	Qtde.	Paciente-Dia	Paciente-Dia	Qtde.	Paciente-Dia	Paciente-Dia	Qtde.	% de internação	Qtde.	% de ambulatório	
Janeiro	958	4.348	1.708	603	1.708	1.708	11.588	71,80%	4.423	72,38%	71,80%
Fevereiro	896	4.135	1.364	554	1.364	1.364	11.134	75,20%	4.076	73,20%	75,20%
Março	1.094	4.660	1.385	576	1.385	1.385	13.199	77,09%	4.942	72,76%	77,09%
Abril	1.155	4.726	1.471	532	1.471	1.471	12.863	76,26%	5.027	71,90%	76,26%
Maior	1.144	4.712	1.761	572	1.761	1.761	12.554	72,79%	4.928	71,81%	72,79%
Junho	1.051	4.613	1.784	610	1.784	1.784	12.185	72,11%	5.172	70,20%	72,11%
Julho	1.010	4.676	1.813	614	1.813	1.813	11.816	72,06%	4.121	74,14%	72,06%
Agosto	1.075	4.877	1.691	540	1.691	1.691	12.650	74,25%	4.592	73,37%	74,25%
Setembro	1.044	4.621	1.524	534	1.524	1.524	12.544	75,20%	4.350	74,25%	75,20%
Outubro	1.034	4.550	1.562	552	1.562	1.562	12.844	74,44%	4.480	74,14%	74,44%
Novembro	1.067	4.549	1.514	501	1.514	1.514	12.109	75,03%	4.104	74,69%	75,03%
Dezembro	1.005	4.936	1.487	502	1.487	1.487	12.210	76,85%	4.573	72,75%	76,85%
<b>Total</b>	<b>12.533</b>	<b>55.403</b>	<b>19.064</b>	<b>6.690</b>	<b>19.064</b>	<b>19.064</b>	<b>147.696</b>	<b>74,40%</b>	<b>54.788</b>	<b>72,94%</b>	<b>74,40%</b>

No Plano de Ação Regional (Portaria MS 1.970/2011 - Artigo 33), preencha caso a entidade possua:

	Sim / Não	Máximo	Obtido
I - Atenção obstétrica e neonatal;	Sim	1,50%	1,50%
II - Atenção oncológica;	Não	1,50%	0,00%
III - Atenção às urgências e emergências;	Sim	1,50%	1,50%
IV - Atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas; e	Não	1,50%	0,00%
V - Hospitais de Ensino	Não	1,50%	0,00%

O percentual de atendimento ao SUS no exercício de 2015, foi de 77,40%.

## **23 Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS)**

Considerando o Parecer Técnico nº 126/2014-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do processo nº 25000.094322/2012-84/MS, concluiu o atendimento aos requisitos constantes da Lei 12.101/2009, Decreto nº 7.237/2010 e foi deferido a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, cuja renovação tinha validade pelo período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015.

A Irmandade de Misericórdia do Jahu, protocolou em 21 de outubro de 2015, junto ao Ministério da Saúde, o novo pedido de Renovação de CEBAS.

Diante da apreciação da Lei 12.101/2009, Decretos nº 7.237 e 7.300/2010 e Portaria 1.970/GM de 16 de agosto de 2011, a Entidade preenche plenamente todos os requisitos conforme determinações expressas na legislação vigente, portanto até o presente momento não há óbices na concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Saúde) pelo Ministério da Saúde.

## **24 Instrumentos financeiros**

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros como contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos. A Administração dos instrumentos financeiros que a Entidade mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo e também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco no exercício.



## 25 Cobertura de seguros

A Administração da Entidade adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

\*\*\* fim \*\*\*



IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DO JAHU



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Irmandade de Misericórdia do Jahu, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido exame das demonstrações contábeis, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, concluiu, com base no parecer dos auditores independentes, Moore Stephens Prisma Auditores e Consultores, que as referidas demonstrações refletem a posição patrimonial e financeira da Irmandade, manifestando-se favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos para apreciação dos Senhores Irmãos na Assembleia Geral, opinando pela sua aprovação.

Jahu (SP), 09 de março de 2016

Guy Fernando Magalhães de Toledo

Antenor Pelizzon

Reynaldo Roberto Lima